

A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E OS LIMITES DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E DO NEODESENVOLVIMENTISMO

Alessandro Rodrigues Chaves¹

Resumo: Desenvolvemos neste artigo as críticas que a Teoria Marxista da Dependência (TMD) – com base, principalmente, nos escritos de Ruy Mauro Marini – realizaram às ideias e práticas políticas que procuravam superar o subdesenvolvimento através da modernização das relações capitalistas, o que ficou conhecido como desenvolvimentismo. Procura, ainda, atualizar os elementos dessa crítica diante da emergência do neodesenvolvimentismo, em especial, o praticado no Brasil na primeira década do século XXI. Serão encontrados argumentos que apontam para o fato de que a TMD apresenta sólida coerência crítica em relação às estratégias de desenvolvimento que ganharam relevância na América Latina no início do século XXI. Ainda, sua formulação teórica não deve ser inserida nos marcos das teorias que procuram alternativas para a superação da condição periférica através da intensificação das relações capitalistas, mas sim no campo da revolução socialista.

Palavras-chave: teoria marxista da dependência; nacional-desenvolvimentismo; neodesenvolvimentismo; revolução

Abstract: We have developed in this article the criticisms that the Marxist Theory of Dependency (TMD) - based mainly on the writings of Ruy Mauro Marini - carried out the political ideas and practices that sought to overcome underdevelopment through the modernization of capitalist relations, what became known as developmentalism. It also seeks to update the elements of this critique in the face of the emergence of new-developmentism, especially the one practiced in Brazil in the first decade of the 21st century. We will find arguments that point to the fact that TMD presents a solid critical coherence in relation to development strategies that have gained relevance in Latin America at the beginning of the 21st century. Still, its theoretical formulation should not be inserted within the framework of theories that seek alternatives for overcoming the peripheral condition through the intensification of capitalist relations, but in the field of socialist revolution.

Keywords: Marxist theory of dependency; national-developmentalism; new-development; revolution.

¹Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP-Araraquara. E-mail: ale.r.chaves@hotmail.com

Introdução

A teoria e prática política marxista possibilita o distanciamento efetivo de qualquer discurso que considere o sistema do capital como o promotor dos ideais civilizatórios prometidos pela modernidade. Foi o que Marx e Engels demonstraram ao captar a realidade de seu tempo, principalmente na observação da situação de vida dos reais produtores da riqueza, e de como tal situação precária se reproduz sob os imperativos do capital. Criticando de forma radical os defensores da ordem ou as teses reformistas, tanto a filosofia idealista quanto a apologética teoria econômica da época, os fundadores do campo teórico marxista demonstraram de maneira consistente as contradições insuperáveis do sistema do capital e as nefastas consequências da predominância desta forma de organização da vida social. A teoria desvenda os mecanismos de produção e reprodução do capital revelando o quanto este se opõe aos reais interesses da humanidade, assim como suas práticas políticas caminharam no sentido de construir e incentivar a luta que procurasse superar o capital. Neste sentido, o campo teórico e político que toma os escritos marxianos como base, se coloca em tarefa semelhante, a saber, se atentar a realidade produzida pelo capital, compreendê-la em suas determinações, o que inclui também não se isentar da crítica radical à apologética, e contribuir para a superação do sistema sociometabólico do capital.

Os movimentos revolucionários compreenderam, cada um ao seu modo, essa tarefa, seja os acontecimentos da Comuna de Paris em 1871, o triunfo da Revolução Russa de 1917, a Revolução Cubana em 1959, todos demonstraram como que a compreensão do sistema do capital e a sua crítica caminham para a oposição teórica e política de qualquer discurso que defenda a permanência ou intensificação das relações capitalistas. Pelo fato essencial de esta forma de organização da vida social se opor aos reais interesses humanos.

A crítica ao *progresso* deve ser compreendida sobre este aspecto. As conhecidas *teses sobre o conceito de história* de Walter Benjamin (2005), denunciavam os destroços produzidos pelo progresso, entendido como

expansão do capitalismo, expansão da barbárie. Com pressupostos distintos, os escritos de István Mészáros (2014) caminham no mesmo sentido. Ao demonstrar que o sistema do capital atingiu os seus limites, o autor aponta que este só pode se reproduzir ao produzir a barbárie, se opondo de forma definitiva aos interesses básicos humanos, o que inclui a questão ambiental, e a reprodução da própria vida. O cenário de *crise estrutural do capital* deixa claro a decadência e inexequibilidade do ideário civilizatório prometido pelos ideólogos da sociedade burguesa: “Assim, a influência civilizadora encontra seu fim devastador no momento em que a implacável lógica interna de autorreprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas.” (MÈSZÁROS, 2010, p. 79). A produção e reprodução do capital em oposição as reais necessidades humanas parece ser regra na periferia, na medida em que a dependência que assombra os países periféricos direciona, necessariamente, a produção capitalista não para a satisfação de sua população, mas para atender demandas alheias.

A América Latina não ficou alheia a uma produção teórica e prática política radical oposta às determinações do capital. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) ao realizar sua crítica aos que defendiam a saída do subdesenvolvimento intensificando as relações capitalistas nos países da periferia do sistema, nos abriu um novo campo de interpretação que se afasta, teórica e politicamente, de qualquer postura que defenda a permanência das relações capitalistas nos países dependentes.

A crítica ao capitalismo e seus defensores ao se valer desse conjunto de interpretações que se distanciam fundamentalmente dos que aceitam a ordem do capital, se faz necessária em um cenário no qual setores do campo da esquerda se aproximam de formulações teóricas e políticas que vislumbram situações de vidas melhores dentro dos marcos do capital, e mais, intensificando suas determinações. É com essa preocupação que vamos expor a crítica da TMD ao ideário desenvolvimentista e neodesenvolvimentista, para contribuir com uma formulação teórica alternativa ao campo considerado de esquerda que pretende reforçar as relações capitalistas, em especial no Brasil.

O texto se apresenta da seguinte forma: primeiro esboçamos a crítica

ao nacional-desenvolvimentismo com base nos escritos de Ruy Mauro Marini, analisando, em especial, o caso brasileiro; em seguida descrevemos as transformações ocorridas no pensamento econômico latino-americano, sobretudo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) após a década de 1960, que é a base do neodesenvolvimentismo, e atualizamos os elementos críticos que a TMD oferece a tal estratégia de desenvolvimento, com destaque a emergência do novo padrão exportador de especialização produtiva, mais uma vez o Brasil foi o país selecionado para a análise; por último apontamos que a saída da dependência está ancorada em uma postura revolucionária presente na obra de Ruy Mauro Marini.

I. A dependência e os limites do projeto desenvolvimentista de industrialização

Com segurança é possível afirmar que o a formulação teórica da TMD emerge a partir do esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista (OURIQUES, 1994). Para o caso brasileiro, o fato político, econômico e social que desvela a tragédia do modelo nacional-desenvolvimentista, é o golpe ocorrido em 1964. A industrialização e a interferência do Estado na economia de modo a incentivar as modernizações capitalistas no Brasil, não resultaram, como apostavam seus teóricos e políticos, na superação do subdesenvolvimento, em uma economia autônoma e em um regime político democrático, mas sim na permanência das características de um país da periferia do sistema, em intensificação da subordinação diante dos países centrais e na suspensão das prerrogativas de um Estado de direito.

A explicação desses fatores se apresentam no conjunto das elaborações da TMD. A crítica toma como base a análise das relações sociais, econômicas e políticas que impediram a superação do subdesenvolvimento, assim como o questionamento à sua principal corrente teórica, a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), no Brasil o nome de maior impacto foi o do

CHAVES, A. R. Teoria Marxista da Dependência e os... economista Celso Furtado, que além do desenvolvimento teórico ocupou cargos importantes nos governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

Sendo a nossa preocupação principal neste artigo a crítica da TMD aos fundamentos da teoria nacional-desenvolvimentista e neodesenvolvimentista e não a explicitação teórica e política de ambas, basta definirmos o que entendemos por desenvolvimentismo em linhas gerais. Segundo Bielschowsky (2012), se tratava de

[...] uma proposição política para países subdesenvolvidos, ou seja, a de industrializar, como meio de superar a pobreza ou de reduzir a diferença entre eles e os países ricos, e de atingir a independência política e econômica através de um crescimento econômico autossustentado. (p. 11).

O otimismo em relação à essa postura pode ser encontrado no pensamento de Celso Furtado, em especial sua obra *A Pré-Revolução Brasileira* de 1962, momento em que ocupava o ministério do Planejamento, mas também é reconhecido em sua obra tardia, no momento em que fazia um balanço da teoria desenvolvimentista e de sua trajetória intelectual e política:

Naquela época, dávamos por certo que o desenvolvimento econômico e sua mola principal, a industrialização, eram condição necessária para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, a concentração da renda, as desigualdades regionais. (FURTADO, 2007, p.20).

A crítica da TMD deve ocorrer, portanto, através da compreensão dos elementos que inviabilizaram a concretização do desenvolvimento, desmistificando as bases sobre a qual se pautou a teoria e a política econômica desenvolvimentista: *a industrialização como a mola propulsora da diminuição da pobreza e da conquista da autonomia nacional*. É evidente que a superação do subdesenvolvimento não deveria se restringir à uma análise estritamente econômica, na medida em que tal plano de desenvolvimento deveria ser incorporado por distintas classes sociais, sobretudo o setor da burguesia supostamente beneficiada e comprometida com tal processo, a saber a burguesia brasileira, principalmente sua fração industrial. O conflito e as características da burguesia brasileira serão elementos que irão compor as interpretações sobre o

fracasso do nacional-desenvolvimentismo e sua consequência, o golpe de 1964.

Ao elaborar a crítica ao nacional desenvolvimentismo, a TMD questiona também as estratégias reformistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da época, representado no Programa Democrático Burguês que exaltava a necessidade de uma aliança entre a classe trabalhadora e a burguesia brasileira para superar os supostos elementos feudais ou semifeudais que travavam a revolução brasileira. A postura crítica da intelectualidade da TMD diante do reformismo pecebista não se mostrou somente na teoria, mas também na participação na Organização Revolucionária – Política Operária (POLOP), na atuação militante.

Em síntese, a TMD procura esclarecer quais são os motivos do fracasso do nacional desenvolvimentismo que resultaram no golpe de 1964. A resposta necessariamente deve caminhar pela análise da *dependência* – tal como formulada pela TMD – e pela forma como ocorre a luta de classes nos países da periferia. A primeira clareia sobre as condições e os limites da industrialização, a segunda desvenda as características da burguesia brasileira e sua oscilação em promover um capitalismo autônomo no país.

A dependência tal como formulada por Marini deve ser

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (2011, p.134)

A tese, portanto, que norteia a TMD, é a de que a intensificação das relações capitalistas nos países dependentes mantêm ou intensificam os mecanismos da própria dependência. Assim, estamos em polo oposto aos pressupostos do nacional-desenvolvimentismo, na medida em que este, segundo Marini, se insere em uma visão etapista na qual a racionalidade dos agentes e do Estado necessariamente promoveriam o desenvolvimento através da industrialização e melhor alocação da força de trabalho (MARINI, 2010). No pensamento desenvolvimentista, em especial da CEPAL, a industrialização seria capaz de resolver problemas sociais e conquistar a autonomia:

Em seu pensamento, que graças a isso mereceu a qualificação de ‘desenvolvimentista’, a industrialização assumia o papel de *deus ex machine*, suficiente, por si só, para garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais (MARINI, 2010, p. 110).

Faltava ao pensamento desenvolvimentista se debruçar sobre os conflitos entre as classes sociais e o papel exercido pelo capital estrangeiro no impulso a industrialização, que não encontrava hostilidade por parte dos teóricos desenvolvimentistas¹. Ambos aspectos foram tratados por Ruy Mauro Marini, e sua análise não deixa dúvidas sobre os limites estruturais da possibilidade de desenvolvimento autônomo.

Ao tratar do ciclo do capital nos países dependentes, Marini se atentou às imposições do capital estrangeiro sobre as economias periféricas. Percebendo que este atua em todas as etapas do ciclo, desde a produção até a realização do capital, o autor evidencia a impossibilidade de se alcançar a autonomia e o desenvolvimento dentro dos marcos da dependência.

Seguindo o esquema fundamental que movimenta o capitalismo – D-M...P...M’-D’ –, Marini enfatiza a particularidade deste movimento nos países de capitalismo dependente. O ciclo se inicia com o capital dinheiro que irá adquirir as mercadorias fundamentais para dar o primeiro impulso ao processo produtivo – força de trabalho, bens de capital, insumos –, identificar a origem deste capital é essencial para compreender como o ciclo se completa. Sua origem pode ser oriunda dos capitais privados internos, do incentivo estatal, ou nos casos de países dependentes, do capital estrangeiro que pode atuar como investimento direto ou sobre a forma de empréstimos diretamente aos capitalistas ou ao Estado que os redistribui. (MARINI, 2012).

Deve ser destacado que o capital estrangeiro não somente entra na economia dependente,

¹ O capital estrangeiro é visto pela teoria da CEPAL como necessário para a expansão da industrialização pela ausência de poupança interna: “Assim, a CEPAL propunha o recurso ao capital estrangeiro (ou a “poupança externa”) como fórmula mais indicada para se aumentar a taxa de investimentos e, conseqüentemente, a renda nacional, pelo menos até que cada país atingisse o nível de poupança suficiente para prosseguir sozinho.” (MANTEGA, 1987, p. 40).

A partir do momento em que, cumprindo o ciclo de produção, o capital estrangeiro contribuiu para a produção de mais-valia, ele tem direito a uma parte dela sob a forma de lucro ou juros, conforme se trate de investimento direto ou indireto. Isso dá lugar a transferência de mais-valia ao exterior. E mais: nos casos em que essa transferência não opera e em que a mais-valia ou parte dela é reinvestida no próprio país onde foi gerada, o capital produtivo dali resultante é contabilizado como capital estrangeiro, embora tenha sido gerado com base na mais-valia criada no próprio país. (IDEM, p. 26).

O problema, portanto, se apresenta na propriedade do capital e no controle sobre o processo de produção:

[...] nesta primeira aproximação do que é a economia dependente, observamos, do ponto de vista do capital, que em sua primeira fase de circulação – da qual o processo de acumulação depende – atua um fator externo à economia dependente e que se encontra totalmente fora de seu controle: o capital externo. (IBIDEM).

A condição de dependência e a entrada de capital estrangeiro vão interferir profundamente em um dos pilares da superação do subdesenvolvimento para os desenvolvimentistas, a industrialização. Sendo uma industrialização tardia, os países dependentes condicionam o desenvolvimento de sua indústria à importação de bens de capital e tecnologia exógena:

Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente fabricá-los. (IDEM, 27).

A explicação para essa dupla dependência – de bens de capital, tecnologia e de capital externo – se encontra no fato de que a economia dependente é permeada pelas imposições do imperialismo, e ao esse se internalizar, acaba por controlar e direcionar o processo de acumulação de modo a atender seus interesses. Na fase da produção estritamente, serão as empresas estrangeiras

que contarão com acesso à tecnologia mais avançada, reduzindo seus custos de produção e absorvendo parte da mais-valia de setores com incorporação tecnológica inferior. As empresas locais procuram compensar suas perdas através da superexploração do trabalho, na qual “a força de trabalho é renumerada abaixo de seu valor”. (IDEM, p. 28). O que proporciona uma redução geral dos salários – intensificada pela particularidade brasileira de contar uma enorme quantidade de mão de obra disponível – beneficiando também os capitais monopolistas ao incorporar capital variável em seu processo produtivo. Tudo agravado por dois fatores, segundo Marini: a dificuldade dos trabalhadores reivindicar melhores salários e direitos, seja pela repressão estatal ou mesmo pelo exército de reserva que prejudica sua organização política e sindical. Exército de reserva que tende a crescer na medida em que se incorpora cada vez mais tecnologia criada nos grandes centros que aumentam a produtividade poupando mão de obra.

Na fase da realização também se nota as determinações do capital estrangeiro. Quando se observa o ciclo completo da economia dependente, nota-se que a combinação de tecnologia poupadora de mão de obra direcionada, sobretudo, à produção de bens suntuários com um mercado consumidor interno restrito – devido à superexploração do trabalho e ao exército de reserva – fazem com que a produção se afaste das reais necessidades da maioria da população. Sendo a demanda interna gerada pelos hábitos de consumo dos setores mais abastados, e os bens suntuários aqueles com maior capacidade de serem exportados e concorrerem com vantagens no mercado mundial – devido ao baixo custo interno de produção – este será o setor com maior dinamismo. (IDEM, p. 34).

A análise de Marini sobre o ciclo do capital nos países dependentes desvenda os limites da industrialização para a superação do subdesenvolvimento. Na medida em que a busca pelo desenvolvimento mantendo as condições de dependência não resultará em nada distinto do que o aprofundamento da subordinação dos países periféricos, como ficou evidente na exposição sobre o ciclo do capital na economia dependente. A redução da ideia de desenvolvimento à industrialização nos marcos da dependência, longe de superá-la aumenta a incapacidade de a sociedade nacional controlar os capitais estrangeiros e

a direção dos investimentos, que tendem a se afastar das necessidades reais da população; agrava ainda mais a precarização social, na medida em que mecanismos como superexploração da força de trabalho e a manutenção de um exército de reserva limitam o consumo de itens básicos para grande parte dos trabalhadores. A classe trabalhadora ainda encontra dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, pois a tecnologia advém dos países centrais e possuem a característica de poupar mão de obra.

1.1. Conflito e coalizões entre frações da burguesia

A explicação para o fracasso do nacional desenvolvimentismo não reside somente nas imposições externas, mas também na dinâmica interna dos países dependentes. A estrutura primário-exportadora e o conflito entre as classes sociais contribuem para a manutenção do subdesenvolvimento. O conflito entre as frações burguesas foi um elemento secundarizado pelo estruturalismo cepalino², mas de fundamental importância para compreender a evidente crise do desenvolvimentismo presente no Brasil na década de 1960. Tal crise, do ponto de vista econômico, é entendida por Marini, com base em dois aspectos: na dependência das exportações para impulsionar a industrialização e dos limites encontrados no mercado interno para realizar a produção (MARINI, 2010, p. 111). A dependência das exportações para gerar divisas necessárias à importação de bens de capital produz a manutenção da dependência:

O setor manufatureiro não se preocupava em conquistar mercados externos e destinava toda a sua produção ao mercado interno, ou seja, continuava dependente do setor primário para obter divisas necessárias para a aquisição dos bens intermediários e de capital exigidos para sua

² Furtado em sua obra tardia assumia, de certa forma, que faltava uma análise efetiva das classes sociais: “Quando, já em começos dos anos 60, tomei consciência de que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país, e tendiam a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes, compreendi que muitas águas ainda teriam de correr para que emergisse uma sociedade moderna no Brasil”. (FURTADO, 2007, p. 20).

expansão. Seguindo esse caminho, a indústria – anunciada pela Cepal como a alavanca do desenvolvimento autônomo – não fazia mais que impulsionar a reprodução ampliada da relação de dependência da América Latina com relação ao mercado mundial, sem conduzi-la a uma superação efetiva. (IDEM, p.112).

O ponto a ser destacado agora é que a dependência que o setor industrial tem em relação ao primário exportador leva a uma relação particular entre as duas frações de classe. Apontaremos suas proximidades e distanciamentos na medida em que contribua para entendermos o declínio do nacional-desenvolvimentismo e o teor da crítica da TMD à essa corrente, assim como os determinantes do golpe de 1964 que marca, de forma definitiva, o fim do nacional-desenvolvimentismo brasileiro.

A análise interna entre as classes sociais demonstra mais um limite ao desenvolvimentismo tal como pensado pelo estruturalismo cepalino ou pelo Programa Democrático Burguês do PCB da época (MAZZEO, 1999). A teoria desenvolvimentista requer um agente capaz de conduzir as transformações necessárias para a superação do subdesenvolvimento, por mais que o Estado direcionasse os rumos da economia e os investimentos, a participação da burguesia brasileira para a efetivação de um capitalismo autônomo é essencial. Apostava-se na burguesia industrial na medida em que fosse capaz de superar os setores que atuavam na exportação de bens primários – os setores comprometidos com o “atraso” –, assim como em sua capacidade de promover e intensificar o processo de substituição de importações. Em tese, a burguesia desejada pelos desenvolvimentistas deveria superar o “atraso” e modificar as relações com o capital estrangeiro impulsionando a autonomia dos países dependentes.

Os escritos de Ruy Mauro Marini sobre o Golpe de 1964 no Brasil, tendo como referência a luta de classes, nos ajudam a compreender os limites dessa perspectiva. Pois se a teoria e a política desenvolvimentista favoreceram a expansão da burguesia industrial, podemos dizer que esta não correspondeu aos anseios de intelectuais e políticos comprometidos com a superação do subdesenvolvimento. A burguesia que deveria ser agente da transformação do capitalismo no país não superou os setores do “atraso”, conciliou com eles, não

se distanciou do capital estrangeiro e seus ditames, ao contrário se associou a ele, e ainda, elegeu a população brasileira como seu principal inimigo, evidenciando sua hostilidade perante as mobilizações populares. A compreensão da burguesia deve passar, portanto, por três aspectos: a) a relação entre a burguesia industrial e os setores exportadores; b) sua relação com o capital estrangeiro; c) sua postura diante das reivindicações da classe trabalhadora e das massas populares.

A relação dos industriais com os setores exportadores é marcada por conflitos e coalizões. Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução* demonstra diversos eventos em que a conjuntura econômica e política afastam e distanciam as diferentes frações da elite brasileira. Entre eles o “pacto” que resultou no Estado Novo de 1937, assim como a sua “fissura”, na qual a burguesia industrial procura direcionar o Estado para os seus interesses. A fissura entre os industriais e o setor exportador é explicada pela ascensão da burguesia industrial e o declínio das exportações – devido aos impactos da crise de 1929 e o aumento da concorrência internacional –; o setor exportador não estava mais em condições de gerar as divisas necessárias para a expansão industrial.

A força política do setor exportador não pode ser secundarizada, isso se mostra nas intervenções que o Estado faz ao seu favor, sejam medidas nitidamente protecionista como a queima do café, seja na alteração do câmbio em favor das exportações. Embora as divergências e disputas sejam evidentes, é necessário reforçar que as divisas geradas pelas exportações impulsionavam o investimento na indústria, se tornando uma das fontes originárias de capital. O campo contribui também para a indústria ao oferecer mão de obra em abundância, o que resulta, em alguma medida, no rebaixamento dos salários. A entrada de moeda estrangeira para renumerar o capital externo investido no país também provém das exportações, assim como o capital para importar os bens de produção necessário para a expansão industrial. Por outro lado, o setor exportador e o latifúndio se apresentam como entraves ao desenvolvimento da indústria, principalmente por dois aspectos: o monopólio da terra e a concentração de riqueza no campo impedem a redução dos custos de produção, não contribuindo para a redução dos salários; o exército de reserva no campo – intensificado com o incremento de novas tecnologias – e as condições precárias

de vida dos trabalhadores rurais limitavam o mercado consumidor interno afetando diretamente a realização dos produtos industriais.

Tratam-se de aspectos que aproximam e distanciam as frações. A continuidade desse modelo de produção afeta os trabalhadores e as grandes massas rurais e urbanas. Dessas reivindicações emergem lutas organizadas no campo – as ligas camponesas – e reivindicações contra a carestia e por melhores salários nas cidades. O impulso causado pelas reivindicações populares no campo e nas cidades que configuraram o pré-1964, resulta em nova coalizão entre as frações burguesas representada na tentativa de contensão social pelo governo de João Goulart que gozava de significativa popularidade e se encontrava em proximidade com os sindicatos. O Plano Trienal elaborado pelo governo incorporava os anseios da burguesia, na medida em que devia

[...] restabelecer as condições necessárias à rentabilidade dos investimentos – isto é, deter a tendência à queda acusada pela taxa de lucros. Em longo prazo, isso significava ampliar o mercado interno através de uma reforma agrária que, enquanto não desse resultados, seria compensada pela ampliação do mercado exterior buscada pela política externa. Em curto prazo, tratava-se de disciplinar o mercado existente, contendo o movimento reivindicativo das classes assalariadas. Ou seja: trazendo o selo de um governo popular, exigia-se que o governo de Goulart tivesse uma atuação impopular, reprimindo as reivindicações das massas. (MARINI, 2013, p. 99).

É necessário destacar que em um regime de acumulação pautado pela superexploração do trabalho qualquer interferência real nos salários compromete a continuidade de sua reprodução, o que possibilita uma aproximação entre as distintas frações da burguesia. Assim, a tentativa de composição de uma aliança entre classes sociais e frações de classes distintas, presente no governo João Goulart, se esgota rapidamente. O setor exportador reluta em apoiar uma reforma agrária, e o recrudescimento das organizações opostas ao reformismo defendido pelo PCB – incluindo a Organização Revolucionária Marxista (POLOP) –, paralisa as reformas propostas pelo governo. Se apresentavam as condições para o golpe de 1964: “Diante da intensificação da luta de classes

e do estancamento da produção, a burguesia retirava cada vez mais seu apoio a Goulart e se deixava ganhar pelo pânico difundido por grupos reacionários.” (IDEM, p. 102).

Ao ser a industrialização pré-condição para a superação do subdesenvolvimento, como pensava a Cepal, os entraves permaneciam: o poder do latifúndio e a ausência de um mercado interno consumidor efetivo. A burguesia industrial ao se aliar com os setores exportadores, não alterando as condições de propriedade no campo, elegendo como principal inimigo os setores populares, se afastava completamente da perspectiva de um capitalismo autônomo. Em primeiro lugar pela já marcante presença do capital estrangeiro no país após a abertura promovida por Juscelino Kubitschek na década de 1950, em segundo pela nítida atuação dos Estados Unidos na promoção do golpe de 1964, como demonstra Marini (2013). Ainda,

O regime militar implantado em abril de 1964 inaugura um novo estilo na política externa do Brasil, cujo principal objetivo parece ser obter uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos. (MARINI, 2013, p. 109).

É certo que a presença do capital externo no Brasil não era uma novidade. Desde o pós-guerra os países imperialistas, principalmente os Estados Unidos, procuram mercados na periférica para sua produção industrial. As empresas desses países intensificam sua participação nos países dependentes se aproveitando de legislações favoráveis e do baixo custo de produção. Do ponto de vista da grande burguesia industrial brasileira, a associação com os capitais externos permite superar os entraves tecnológicos, diferente da pequena burguesia que não encontraria possibilidade de concorrência e tenderia a sucumbir, por isso hostil ao capital exógeno:

La razón para esa diferencia de actitud entre la gran burguesía y sus estratos inferiores es evidente. Frente la penetración de los capitales norteamericanos, la primera tenía una opción – la de asociarse a esos capitales – que más que una opción, era una conveniencia. En efecto, considerando que el capital extranjero ingresaba sobre

todo bajo la forma de equipos y técnicas, es comprensible que buscara asociarse a grandes unidades de producción, capaces de absorber una tecnología que, por el hecho de estar obsoleta en los Estados Unidos, no dejaba de ser avanzada para el Brasil. De otra parte, aceptando esa tecnología, las grandes empresas nacionales aumentaban su plusvalía relativa y su capacidad competitiva en el mercado interno. En esas condiciones, los ingresos de capital norteamericano significaban la irremisible quiebra de las unidades más pequeñas y se traducían en una acelerada concentración de capital, que engendraba estructuras de carácter cada vez más monopólico. (MARINI, 1966, p. 15).

A dependência tecnológica da burguesia industrial brasileira já era conhecida devido a necessidade de exportação de bens de capital desde suas origens. O que se fez a partir da década de 1950 e se efetivou em 1964, foi se aproveitar da expansão imperial norte-americana para resolver um dos estrangulamentos – ao facilitar acesso aos bens de capital. No entanto, o fez sem resolver outro, a expansão de um mercado consumidor interno capaz de se constituir em demanda para o aumento da produção proporcionado pelas novas tecnologias, situação agravada por serem essas poupadoras de mão de obra, gerando desemprego e contribuindo para o rebaixamento de salários.

Ter o acesso à tecnologia facilitado em nada diminui a dependência tecnológica, pois são transferidas para a periferia somente as etapas inferiores do processo de produção, as etapas mais avançadas incluindo o controle da tecnologia permanecem no centro. Dessa forma, “Cada avanço da indústria latino-americana afirmará, portanto, com maior força, sua dependência econômica e tecnológica frente aos centros imperialistas” (MARINI, 2013, p. 65). Quanto aos limites do mercado consumidor interno, o Brasil adotará a prática do subimperialismo, procurando exportar sua produção industrial.

As consequências econômicas e políticas da proposta desenvolvimentista e da postura tomada pela burguesia dependente, são evidentes: completa desnacionalização da economia ao se associar com o imperialismo; permanência do monopólio da terra e dos setores ligados à exportação; manutenção do regime de acumulação pautado pela superexploração do trabalho. Em síntese:

Desta forma, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior [...] O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho. (MARINI, 2013, p. 62).

As premissas do nacional-desenvolvimentismo e do Programa Democrático Burguês não se realizaram. Nem a industrialização resultou em superação do subdesenvolvimento e autonomia do país e nem o agente central da conquista do desenvolvimento seguiu os caminhos pré-concebidos pelas teorias, elementos que demonstram o esgotamento da pretensão desenvolvimentista que passará por profundas formulações teóricas e políticas.

2. O emergir do neoestruturalismo e do neodesenvolvimentismo

O fracasso das pretensões desenvolvimentistas repercutiu em sua elaboração teórica:

A crise do desenvolvimento significou a perda da posição privilegiada que a Cepal havia alcançado em sua primeira década de funcionamento, quando chegara a ser a agência ideológica por excelência da América Latina. A partir de sua nova posição de respeitável órgão técnico, a agência continuou a realizar estudos e a produzir relatórios da melhor qualidade. Porém, o processo do pensamento latino-americano a deixa para trás, dando lugar a novas manifestações teóricas. (MARINI, 2010, 117).

As novas manifestações teóricas serão influenciadas pelo neoestruturalismo³. A mudança na dinâmica do capitalismo após a década

3 Em obra de referência sobre o pensamento estruturalista latino-americano Octávio Rodrigues (2009) dedica um importante capítulo à temática do neoestruturalismo.

de 1970, sobretudo, e a expansão irrefreável do capital à todos os cantos do planeta, reconfigura a posição dos países da periferia na divisão internacional do trabalho, o que irá repercutir na teoria e na estratégia de desenvolvimento desses países. As propostas desenvolvimentistas iniciais sofrerão alterações significativas, industrialização e autonomia não encontram nas teorias inspiradas pelo neoestruturalismo o mesmo peso que na elaboração clássica da CEPAL. São os impactos da globalização econômica e a consequente abertura dos mercados que ganharão a ênfase nas teorias produzidas pelo pensamento contemporâneo da CEPAL, e também que irão orientar, em alguma medida, governos neodesenvolvimentistas na América Latina, como o brasileiro.

A reformulação teórica da CEPAL emerge a partir da crítica feita ao pensamento que a própria instituição elaborou nas décadas anteriores. O pensamento heterodoxo predominante até a década de 1960 é responsabilizado pelo “conjunto dos fracassos negativos, descredibilizando qualquer apelo ao Estado e condenando qualquer distanciamento em relação à ortodoxia das instituições financeiras internacionais” (SALUDJIAN, 2010, p. 147). Se os caminhos da formulação originária da CEPAL passava pela efetiva atuação do Estado direcionando e controlando os investimentos, procurando estabelecer um centro interno de decisão sobre a economia dos países dependentes, na reformulação teórica a proximidade com instituições como O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e os pressupostos do Consenso de Washington ganham relevância.

O documento que marca definitivamente essa postura é *Transformação produtiva com equidade* (TPE) de 1990. O documento apresenta a importância do crescimento endógeno a partir do progresso técnico, tendo como instrumento para alcança-los a abertura dos mercados: “A TPE apresenta-se como a tentativa de integração à economia mundial e de crescimento por meio do comércio, mais especificamente seguindo um modelo exportador inspirado na experiência asiática” (IDEM, 2010). A integração proposta contém dois pontos basilares: o primeiro é ter acesso à tecnologia produzida nos países capitalistas centrais, o segundo é aproveitar as aberturas comerciais para impulsionar as exportações:

No início dos anos 1990, o objetivo principal da abertura

era não só evitar o isolamento tecnológico em período de globalização produtiva e de revolução eletrônica e biotecnológica, mas também acelerar a recuperação do atraso tecnológico por meio de uma estratégia de expansão das exportações (*desarrollo hacia afuera*) (IDEM, p.154).

Além da abertura comercial, foi atribuído um novo papel ao Estado, no qual se enfatizava a preocupação com a equidade. Ao Estado cabe regular os mercados, “garantir o melhor ambiente institucional para as decisões privadas, a livre iniciativa e o estímulo à concorrência, ou seja, permitir ao mercado a primazia na definição do desenvolvimento” (CARCANHOLO, 2010, p. 124). Quanto a equidade, a proposta da TPE tem referência na teoria do liberalismo social de Rawls, na qual a superação das desigualdades não deve se sobrepor a questão da liberdade, o que o leva a sugerir que a desigualdade deve ser superada pelos mecanismos do mercado, que supostamente não ameaçam o ideário da liberdade (SALUDJIAN, 2010).⁴

Os questionamentos de Marini ao estruturalismo da CEPAL continuam válidos diante da proposta neoestruturalista. O que caracteriza a dependência é a subordinação dos países da periferia aos centrais, assim, não é difícil pressupor que ao enfatizar maior integração e abertura dos mercados, o grau dessa subordinação se elevará. Ainda, a expansão da estratégia de desenvolvimento integrada subalternamente ao mercado mundial, intensifica as consequências internas da dependência, entre elas a dependência tecnológica, a especialização em produtos primários voltados para exportação e a superexploração do trabalho. O exemplo do neodesenvolvimentismo brasileiro é significativo para elucidar a questão.

2.1. O neodesenvolvimentismo no Brasil

No campo intelectual, elementos do neodesenvolvimentismo – e de sua vinculação ao ideário neoestruturalista – se apresentam, por exemplo,

⁴ A “questão social” ocupou um significativo espaço nas discussões sobre o neodesenvolvimentismo brasileiro. Uma ótima crítica pode ser encontrada em Castelo (2013). Também abordamos o assunto em nossa dissertação de mestrado Chaves (2016).

CHAVES, A. R. Teoria Marxista da Dependência e os... nos escritos de Luiz Carlos Bresser-Pereira. O autor percebe tal estratégia econômica como uma alternativa tanto ao nacional-desenvolvimentismo, quanto ao neoliberalismo:

O novo desenvolvimentismo é um “terceiro discurso” entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional. É a alternativa à ortodoxia convencional que vem se desenvolvendo na América Latina desde o início dos anos 2000, com a participação dos economistas keynesianos e economistas do desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 17).

Ser uma alternativa às práticas neoliberais não significa diminuir a participação do mercado, e nem mesmo romper com a abertura econômica proposta pelas instituições financeiras:

Enquanto o novo desenvolvimentismo deseja um Estado forte e um mercado forte e não vê nenhuma contradição entre eles, a ortodoxia convencional deseja fortalecer o mercado enfraquecendo o Estado, como se as duas instituições fossem parte de um jogo de soma zero. (IDEM, p. 26).

Há estreita vinculação com a construção teórica do neoestruturalismo. Embora o tom anti-neoliberal faça parte do discurso do neodesenvolvimentismo, os mecanismos propostos pela configuração do capitalismo neoliberal são pouco criticadas. Não se questiona a ordem econômica global, e nem o papel do Brasil diante da economia mundial, assim como se isentam de elaborar uma crítica sobre a divisão internacional do trabalho imposta pela ordem neoliberal. Seguindo o caminho do desenvolvimento para fora preconizado pelos neoestruturalistas, o que se procura é incentivar a participação das empresas locais no mercado internacional, assim a abertura comercial é tratada em sua positividade:

O novo desenvolvimentismo vê a nação como uma sociedade nacional, com um sentido de destino comum e de solidariedade *quando compete internacionalmente*, como o ator fundamental que define uma estratégia de crescimento. Vê como a instituição fundamental para esse crescimento a estratégia nacional de desenvolvimento, *que cria incentivos para os empresários inovarem e investirem*. Dá prioridade

aos setores exportadores e a setores caracterizados por um alto valor agregado per capita, ou seja, setores com alto conteúdo tecnológico ou de conhecimento” (IDEM, p. 31. Grifos nossos).

Ao eleger a exportação como o elemento dinâmico do crescimento econômico – diferente do modelo industrializante de substituições de importações que se voltava para o mercado interno – se fortalece ainda mais os laços com o mercado mundial, contudo de forma subalterna. Pois a criação da demanda é externa, a produção interna voltada para a exportação procura, dessa forma, atender aos interesses da expansão global do capitalismo e não a demanda interna. A decisão sobre o que será produzido escapa aos controles internos e é entregue a lógica mundial de reprodução do capitalismo.

Na medida em que a ordem global não é questionada, o objetivo é meramente ter um papel mais relevante na economia mundial, como economia exportadora. A questão que se coloca – e a TMD possui o mérito de identificar tal questionamento – é quais são os impactos dessa estratégia de desenvolvimento que não se preocupa em superar os marcos da dependência e de sua reprodução. Na medida em que a autonomia nacional é secundarizada em benefício da integração na economia mundial, estabelecer um centro interno autônomo que possibilite a decisão sobre os rumos da economia do país, confrontando se necessário os interesses dos países centrais deixa de ser uma proposta política. O resultado parece ser uma nova configuração das formas de dependência e de subordinação.

Como é a teoria neoestruturalista que orienta o desenvolvimento para fora ancorado nas exportações, e tal proposta teórica também orienta, em grande medida, alguns governos da região, serão os setores ligados à essa estratégia de desenvolvimento que irão se destacar, assim como configurar a produção para melhor atender a demanda externa e a política que a incentiva. No caso brasileiro, a política das “campeãs nacionais” expressa exatamente esse sentido. São diversos setores que alcançaram relevante força política interna e voltaram suas atividades, com pleno apoio estatal, para o mercado mundial. Pode-se verificar tal aspecto ao analisar o processo brasileiro a partir de dois pontos de

CHAVES, A. R. Teoria Marxista da Dependência e os... vista⁵: o primeiro é político e se refere a uma associação entre determinada fração de classe da burguesia e os governos considerados neodesenvolvimentistas, o outro, analisa a especificidade da produção voltada para exportação em países dependentes. A combinação de ambas nos mostra que os setores comprometidos com a exportação possuem estreita relação com os governos, que impulsionam os seus negócios no mercado internacional, e que a tendência é que a pauta das exportações, sobretudo de produtos primários, predomine na economia dos países dependentes.

A associação de uma fração burguesa com tais governos brasileiros caracteriza, nessa interpretação, o próprio conceito de neodesenvolvimentismo: “O projeto econômico que expressa essa representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar neodesenvolvimentista.” (BOITO JR., 2012. p. 68). Essa formulação deriva da seguinte constatação:

O segundo governo Lula investiu muito na criação e no fortalecimento dos grandes grupos econômicos nacionais, com programas especiais de crédito e de participação acionária, visando, inclusive, promover o investimento desses grupos no exterior. Tal política acarretou uma redefinição do papel do BNDES: de banco que financiava as privatizações nos governos FHC, foi convertido num banco estatal de fomento ao grande capital predominantemente nacional. No ano de 2008, quase todas as vinte maiores empresas brasileiras que atuavam no exterior contavam com a participação acionária do BNDES, através da BNDESPAR, ou de fundos de pensão das empresas estatais ou, ainda, com grande aporte de crédito e juros facilitados por aquele banco. (IDEM, p. 81).

Analisando as vinte maiores empresas que atuavam no exterior no ano de 2008, nota-se que ao menos quatorze possuem como atividades principais a extração de produtos primários ou ligadas à agricultura. O número chega a dezesseis se incluirmos as empresas cuja atividade principal é a distribuição

⁵ Outra forma de análise, que não será tratada neste momento, diz respeito aos impactos da financerização da economia mundial sobre os países dependentes, na qual os países dependentes, cujo o Brasil é exemplo significativo, se transformam em locais de valorização do capital financeiro. (PAULANI, 2009).

de energia elétrica, o que seria razoável já que a geração de eletricidade no Brasil ocorre, predominantemente, pelas hidroelétricas (IDEM, p. 82). O que se verifica, portanto, é que por mais que tenha ocorrido uma expansão da atuação de empresas locais no mercado mundial, essas estão longe de alcançar um patamar de competitividade a dos países centrais. A tecnologia – por mais complexa e inovadora que seja – está voltada para a extração e produção de bens primários, em acordo com a demanda capitalista global.

Não se presencia uma dinâmica como a dos países asiáticos – cujo exemplo maior é a Coreia do Sul, recorrente nas análises neoestruturalistas – que se desenvolveram com base em produtos com alta incorporação tecnológica voltados para exportação, mas a função de abastecer o mercado mundial com produtos primários. O que configura um novo padrão de especialização produtiva, no qual, as consequências da dependência se agravam econômica e socialmente.

Diferente das análises que exaltam a capacidade de exportação como característica de uma economia forte, a análise da TMD ao abordar uma série de elementos para conceituar o que se entende por desenvolvimento – sobretudo, aspectos sociais – apresenta uma nova configuração para as economias dependentes e sua função na divisão internacional do trabalho:

Mais do que economias dinâmicas que se orientam para o desenvolvimento (e que aproveitam as “janelas de oportunidades” abertas pelas novas tecnologias, como certo discurso gosta de destacar), o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população. (OSÓRIO, 2012, p. 104).

Como alternativa ao modelo de industrialização para substituir importações, os setores dinâmicos passam a ser os exportadores:

Em todas as economias, o novo padrão pressupõe o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo em alguns casos uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias de maior

complexidade, como Brasil e México, porém integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob direção de empresas transnacionais. (IDEM, p. 106).

Portanto, altera-se o eixo dinâmico pressuposto pelo desenvolvimentismo clássico da CEPAL, trocando-o por um novo pautado pelas exportações, em acordo com a teoria neoestruturalista. Seguindo o raciocínio de Osório, percebe-se que as cadeias produtivas que são movimentadas pelo padrão exportador estão sob a direção de grupos transnacionais, o que evidencia a internacionalização da economia dependente inclusive nos setores voltados à exportação. Não é estranho, portanto, que parte significativa dos investimentos internos diretos (IED) se dirijam a setores com potencial competitivo no mercado mundial, sobretudo setores em que predominam os trabalhos de *maquila*⁶. Aproveita-se a mão de obra barata dos países dependentes para a montagem, embalagem e acabamento final de produtos, o que requer pouco enraizamento de capital, possibilitando sua migração de forma rápida. Essas atividades são o que distingue o novo padrão exportador do antigo, predominante, pelo menos, até a década de 1950, pautado, sobretudo, por produtos agrícolas.

Fala-se em *especialização produtiva* como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou *maquila*) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Em torno desses eixos, como a produção de petróleo e derivados, soja, montagem de automóveis com graus diversos de complexidade, extração e processamento de cobre e outros minerais, *maquila* eletrônica, *call center* etc., articula-se a nova reprodução do capital, proporcionando um tipo de especialização produtiva em atividades como as mencionadas, que tendem a concentrar

⁶ “Termo usual em espanhol para referir-se às indústrias que apenas montam partes componentes, explorando mão de obra barata nos países dependentes, no contexto de segmentação da produção global, e que têm nas montadoras de automóveis e produtos eletrônicos dois de seus exemplos mais notórios.” (OSÓRIO, 2012, p. 75).

os avanços tecnológicos que atingem a região. (IDEM, p. 111).

Como defendem os neoestruturalistas – em acordo com a prática neodesenvolvimentista – políticas como das “campeãs nacionais”, como vimos, fortalecem os setores voltados para o mercado externo, e concentram neles os investimentos em tecnologia. Não se está falando em incorporação tecnológica, em microeletrônica como desenvolvido no países centrais, por exemplo, mas em tecnologia que tem por objetivo manter um padrão exportador, sobretudo, de produtos primários com baixo valor agregado. Os números sobre as exportações brasileiras – que é a economia mais complexa e industrializada da região ao lado do México – são elucidativos. Em primeiro lugar é necessário destacar a elevação das exportações desde a década de 1980, e que as cifras se multiplicam de forma intensa no início da primeira década do século XXI⁷. A pauta das exportações apresenta a seguinte característica, para o caso brasileiro: para os anos de 2007 a 2009, as matérias primas correspondiam a 33,3% das exportações; manufaturados baseados em recursos naturais, 19,8%; manufaturados com tecnologia alta, média e baixa 39,1%; serviços 7,4%⁸. Poder-se-ia aventar que os manufaturados com baixa, média e alta tecnologia, possuem o maior peso na pauta de exportações, contudo, ao somar matérias primas com manufaturados baseado em recursos naturais – que possuem baixo valor agregado – teremos 53,1%, sem acrescentar o trabalho de *maquila* que se enquadra em manufaturados com alguma incorporação tecnológica⁹.

Seguindo com os dados sobre as exportações até o ano de 2015, nota-

⁷ Valores em bilhões de dólares: 2001: 67.544.600; 2005: 134.355.900; 2008: 228.393.000. (OSÓRIO, 2012, p. 114).

⁸ Dados da CEPAL apresentados por Jaime Osório (2012).

⁹ “A noção de “manufaturas baseadas em recursos naturais” leva ao equívoco de pensar em processos industriais propriamente ditos quando na verdade não passam de frágeis intervenções que processam recursos naturais, como a atividade de enlatar produtos do mar ou frutas ou de engarrafar vinhos, no caso chileno. Em essência o novo padrão exportador apoia-se sobre matérias primas (agrícolas, minerais ou de energia) e em alimentos, com algum grau de processamento, assim como em bens industriais nos quais predomina a atividade de *maquila* e, em menor medida, a produção em si.” (OSÓRIO, 2012, p. 116)

se um pico em 2011 quando as exportações atingiram 256 bilhões de dólares¹⁰ tendo como motor de tal crescimento o aumento das exportações de produtos básicos liderados pelo minério de ferro, petróleo em bruto e soja em grão¹¹.

O padrão exportador de especialização produtiva demonstra que a economia doméstica funciona a partir da demanda externa escapando ao controle nacional, sendo incapaz de direcionar a produção para atender as reais necessidades da população dos países periféricos. Basta verificar que as exportações aumentam de acordo com a demanda requerida pelo expansionismo mundial, como o da China, país para qual as exportações brasileiras aumentaram de forma significativa nos anos neodesenvolvimentistas (OSÓRIO, 2012).

No neodesenvolvimentismo de inspiração neoestruturalista, nota-se – mais uma vez e de forma mais grave, devido aos impactos ecológicos e humanos da atividade extrativa e da irregular exploração do solo – uma dinâmica produtiva totalmente distante dos interesses da população, afetando diretamente suas condições de vida.

O padrão exportador não possui como objetivo principal que sua produção seja consumida pela classe assalariada local, é mais importante o padrão de consumo dos locais e as necessidades dos países importadores. Os setores comprometidos com a pauta exportadora procuram aumentar sua capacidade frente à concorrência recorrendo a “deterioração dos salários locais e na depreciação de tudo o que implique elevar o custo do trabalho, como benefícios sociais diversos.” (OSÓRIO, 2012, p. 124). Assim, os trabalhadores locais, com base na lógica do padrão exportador, interessam mais como

¹⁰ O estudo aponta a regressão das exportações a partir de 2011, atribuindo a essa queda justamente ao declínio das exportações dos carros-chefes: soja em grãos e minério de ferro. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior elaborado pela *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1725612-por-crise-balanca-comercial-tem-superavit-de-us-197-bilhoes-em-2015.shtml>.

¹¹ Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior elaborado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil, no documento intitulado *Análise da balança comercial brasileira de 2011*. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/userfiles/file/Analise%20da%20Balan%20C3%A7a%20Comercial%20Brasileira%202011.pdf>. Acesso 28/11/2017.

produtores – pelas condições que permitem rebaixar os salários e manter a precarização social – do que como mercado interno consumidor (IBIDEM). Aí reside o impacto social de se priorizar o padrão exportador como a forma de superar o subdesenvolvimento:

O problema não é só de níveis de desenvolvimento diferentes, de modo a afirmar que, se os países da região se desenvolverem, atingirão aqueles níveis. O assunto de fundo são as dinâmicas distintas de reprodução do capital, que em sua relação propiciam economias que incorporam a população assalariada de maneira substantiva ao consumo e economias que tendem, de maneira estrutural, a expulsá-las do consumo. (OSÓRIO, 2012, p. 129).

2.2. A questão da equidade no neodesenvolvimentismo brasileiro: impulso ao mercado consumidor interno

Assim como a corrente teórica neoestruturalista se preocupava com a equidade, como aponta o seu documento da década de 1990, os governos do período neodesenvolvimentista também destacaram a questão. Os programas sociais, aumento do emprego formal e do salário mínimo, foram vistos como estratégias para fortalecer o mercado interno. A suposta preocupação com a equidade traz mais uma vez a questão do mercado consumidor interno, priorizando as camadas de rendas mais baixas, aspecto que poderia redirecionar o desenvolvimento para dentro. Trata-se de tema recorrente no período neodesenvolvimentista brasileiro, presente na teoria de Aloizio Mercadante, por exemplo – que ocupou os cargos de Ministro da Educação, da Ciência, Tecnologia e Informação e da Casa Civil, durante os governos de Lula e Dilma Rousseff – quanto em pronunciamentos do ex-presidente Lula. A constituição de um mercado interno, é visto como a diretriz fundamental do desenvolvimento:

Estabelecemos outra diretriz fundamental: a construção de um mercado de consumo de massas. À medida que

reduzimos a vulnerabilidade externa, a fragilidade fiscal, e mantivemos a estabilidade da economia, criamos condições para construir um mercado de consumo de massas. *Esta era a grande diretriz econômica do nosso governo: criar um mercado interno forte, um mercado de massas.* Com isso, tiramos 20 milhões de pessoas da pobreza, conseguimos aumentar consideravelmente a população ocupada, geramos 7.700.000 postos de trabalho, aumentamos a massa salarial em 16,8%, o salário mínimo real cresceu 38,6%, o consumo das famílias em 37,1%, quer dizer, desenvolvemos um ritmo chinês de crescimento. (MERCADANTE, 2010, p. 43. Grifo nosso).

No final do ano de 2008, período em que a crise capitalista ganhava proporções mais dramáticas, o chamado de natal do ex-presidente Lula era direcionado para que as pessoas consumissem e não temessem os impactos da crise:

E você, meu amigo e minha amiga, não tenha medo de consumir com responsabilidade. Se você está com dívidas, procure antes equilibrar seu orçamento. Mas se tem um dinheiro no bolso ou recebeu o décimo terceiro, e está querendo comprar uma geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustre seu sonho, com medo do futuro. Porque se você não comprar, o comércio não vende. Se a loja não vender, não fará novas encomendas à fábrica. E aí a fábrica produzirá menos e, a médio prazo, o seu emprego poderá estar em risco. Assim, quando você e sua família compram um bem, não estão só realizando um sonho. Estão também contribuindo para manter a roda da economia girando. E isso é bom para todos. (SILVA, 2008).

O consumo das famílias foi um dos elementos mais importantes para a administração da crise capitalista no Brasil, apresentando variações anuais positivas desde, pelo menos, 2009, mas com significativa queda a partir de 2015¹². A vulnerabilidade dos empregos criados¹³ que resultou na elevação do

¹² *Folha de São Paulo*, “População brasileira empobrece 9,1% com recessão econômica no país, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1864296-populacao-brasileira-empobrece-91-com-recessao.shtml>. Acesso 28/11/2017.

¹³ Empregos com baixa renumeração e alta rotatividade (POCHMANN, 2012)

número de desempregados a partir de 2014¹⁴, revela a face oculta do discurso apologético que ao exaltar a ascensão ao consumo dos setores mais pobres da população ignoram os mecanismos que propiciam esse acesso:

[...] o endividamento das famílias, o aumento do desgaste da força de trabalho para poder acessar tais valores de uso, o barateamento de vários desses produtos, antes bens suntuários, e que passaram à condição de bens de consumo necessário, alterando o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, embora sem que a remuneração recebida tenha acompanhado o aumento do valor da força de trabalho nesse seu componente (LUCE, 2013, p. 171).

São os próprios mecanismos da dependência, sobretudo a superexploração do trabalho, que levaram a população ao acesso ao consumo, fortalecendo, artificialmente, o mercado consumidor interno. O endividamento demonstra que o acesso a bens antes não consumido ocorreu com base na grande oferta de crédito que marca o período, principalmente o consignado (SINGER, 2012). Ainda, que a aquisição de bens ocorreu por elevação da quantidade de trabalho, muitas vezes com trabalhadores se submetendo a uma dupla jornada de trabalho¹⁵.

Toda a exaltação neodesenvolvimentista rui diante da restrição do crédito, do aumento dos juros e com a elevação do desemprego, mostrando a insustentabilidade do mercado interno consumidor como o motor da economia, como afirmado por seus defensores¹⁶. Em nenhum momento nos governos se verificou uma elevação dos salários capaz de superar a intensa exploração do

¹⁴ De 6,5% no 4º trimestre de 2014 para 12% no 4º trimestre de 2016. Dados do IBGE disponíveis em <http://www.valor.com.br/brasil/4853298/desemprego-no-brasil-atinge-maior-taxa-desde-2012>. Acesso 29/11/2017.

¹⁵ O que Jessé Souza chamou de *batalhadores* se confunde com indivíduos que tiveram que dedicar mais horas de sua vida a atividade laboral: “Nossa pesquisa mostrou que essa classe [os *batalhadores*] conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho.” (SOUZA, 2012, p. 50).

¹⁶ Ver: “Consumo das famílias vai mal, e PIB cresce só 0,1%”. *Folha de São Paulo*, 29 de novembro de 2014, p. B1.

trabalho no país, ao contrário,

O substrato do modelo econômico brasileiro repousa em última instância na crescente exploração do trabalho – a verdadeira galinha dos ovos de ouro do capitalismo brasileiro. A gritante discrepância entre os ganhos de produtividade do trabalho e a evolução dos salários põe em evidência que, mesmo numa conjuntura favorável, o progresso não beneficiou os trabalhadores. Não à toa a propaganda oficial omite o fato de que, no final do governo Lula, o salário médio dos ocupados permanecia praticamente estagnado no mesmo nível de 1995. (SAMPAIO JR., 2017, p. 144).

A suposta preocupação com a equidade e com a expansão do mercado interno consumidor que unem teoricamente neoestruturalistas e neodesenvolvimentistas, não se concretizam diante da permanência dos mecanismos da dependência, principalmente na permanência estrutural da superexploração do trabalho.

3. A revolução como superação da dependência

A luta por autonomia e justiça social não pode ser reduzida a ideia de progresso e de desenvolvimento. A militância de Marini, entre outros, na POLOP caminhou junto à sua elaboração teórica. Sua prática política e seus escritos ressaltam a perspectiva de que a dependência deve ser superada não pelo desenvolvimento do capitalismo, mas pela luta socialista¹⁷. O que nos leva a reforçar a ideia de que sobressai em Marini uma crítica radical ao capitalismo e sua irracionalidade, cujos traços mais perversos se encontram nos países dependentes, no caso analisado o Brasil:

Se trata, en fin, de un capitalismo que ya no es capaz

¹⁷ O tom revolucionário na obra de Marini também é destacado em Prado e Meireles (2010), no qual citam Adrián Sotelo Valencia: “[...] em sua versão mais radical, a teoria marxista da dependência não admite reformar o capitalismo como estratégia política de libertação e superação das desigualdades sociais e da exploração capitalista. Defende, pelo contrário, sua superação através de uma nova ordem econômica, social e política qualitativamente distinta desse sistema.”

de atender a las aspiraciones de progreso material y de libertad política, que movilizan hoy a las masas brasileñas. Inversamente, tiende a subrayar los aspectos más irracionales del sistema capitalista, encauzando parte de las inversiones para el sector improductivo de la industria bélica y aumentando, por la necesidad de absorber parte de la mano de obra desempleada, los efectivos militares. No crea, así, tan sólo las premisas para su expansión hacia el exterior: refuerza también internamente el militarismo, destinado a afianzar la dictadura abierta de clase que la burguesía se ha visto en la contingencia de implantar (MARINI, 1966, p.22).

Diante da irracionalidade do capitalismo dependente, resta, no caso brasileiro, não o caminho do desenvolvimento, mas sim a luta da classe trabalhadora pelo socialismo:

[...] para ellas [as massas brasileiras] es justamente el inverso: edificar la economía brasileña en bases tales que no sólo admitan la incorporación del progreso tecnológico y la concentración industrial, sino que las aceleren. Todo está en lograr una organización de la producción que permita el pleno aprovechamiento del excedente creado; es decir, que aumente la capacidad de producción y de consumo dentro del sistema, elevando los niveles de empleo y de salario. *Eso, como se vio, no es posible en el marco del sistema capitalista, y es lo que señala al pueblo brasileño un solo camino: el ejercicio de una política obrera, de lucha por el socialismo.* (IDEM, p. 23. Grifos nosso).

Vale reforçar, não é possível aumentar empregos e salários incorporando tecnologia exógena poupadora de mão de obra em um regime marcado pela superexploração do trabalho. Qualquer intensificação dessas condições resultaram em aprofundamento da dependência e da precarização social. Neste sentido, Marini, percebe nos processos revolucionários latino-americanos a saída viável. Importante ressaltar o caráter internacionalista enfatizado pelo autor, o que o distingue também de qualquer postura nacionalista simplista – o que não reduz a importância do espaço nacional como ponto de partida de processos revolucionários:

A ação internacionalista de Guevara e a política

revolucionária de Cuba antecipam a resposta que os povos do continente darão a seus opressores. Mais ainda, fazem que desponte no horizonte aquilo que parece ser a contribuição mais original da América Latina para a luta do proletariado internacional: seu caráter internacional. Tudo indica que será aqui que o internacionalismo proletário alcançará uma nova etapa de seu desenvolvimento e sentará as bases de uma sociedade mundial de nações livres da exploração do homem pelo homem. (MARINI, 2013, p. 71).

É neste sentido que Marini deve ser colocado ao lado dos autores críticos ao capital. Sua teoria não se reduz a superação da dependência, mas a superação da exploração do homem pelo homem, o que só pode ocorrer com a internacionalização das lutas operárias e com o fim do capital¹⁸.

Considerações Finais

A teoria e a estratégia de política econômica preconizada pela CEPAL, convencionalmente denominada de nacional-desenvolvimentismo, fracassou, entre outros motivos, ao não ter dado a devida atenção aos mecanismos da dependência. Seja pela presença do capital externo em todo o ciclo do capital nos países dependentes, subordinando suas etapas aos interesses dos países imperialistas em oposição as reais necessidades de sua população, seja pela postura da burguesia nacional que encontrou vantagens na associação com o capital externo e com os setores primário-exportadores se afastando dos interesses da classe trabalhadora e dos demais setores populares. A TMD elaborou uma

¹⁸ O que diferencia a TMD das vertentes da dependência que percebem na estratégia da interdependência um caminho possível para o desenvolvimento, como encontrada em Cardoso e Faletto (2011), entre outros: “Queremos acrescentar nesta finalização, para que fique fortemente sublinhado, que tanto do ponto de vista teórico como do da ação política, Marini e Santos, a despeito de suas diferenças teóricas, coincidem, entre outras coisas, no fato de abrirem um intransponível abismo concepcional com relação às teses desenvolvidas nos quadros da *analítica paulista* por Cardoso; ao proporem a superação desta forma de capitalismo (que eles tratam também por *dependente*), por via revolucionária, mostraram reconhecer que no seu interior não havia lugar para a solução humano-societária da força de trabalho e dos setores populares em geral.” (COTRIM, 2005, p. 461).

obra coerente na qual apontava os limites da estratégia desenvolvimentista, sobretudo nos escritos de Ruy Mauro Marini. A tese central é a de que, mantido os marcos da dependência, as políticas de industrialização e intensificação das relações capitalistas resultam no agravamento das consequências da dependência, principalmente a superexploração do trabalho.

O declínio do nacional-desenvolvimentismo resultou em novas formulações teóricas. Chamados de neoestruturalistas, os intelectuais próximos a CEPAL defendiam a integração dos países periféricos ao mercado mundial como a estratégia principal de desenvolvimento. A integração seria a maneira de superar o entrave tecnológico e expandir – por via das exportações – a produção interna, sobretudo, das empresas líderes em seus segmentos. Contudo, se instaurou um novo padrão exportador pautado pela exportação de produtos primários e manufaturados com baixo valor agregado. Mais uma vez a proposta de desenvolvimento se encontra distante das necessidades da população, na medida em que a especialização produtiva tem como referência o mercado externo e não a satisfação de consumo dos assalariados internos.

A tentativa do neodesenvolvimentismo praticado no Brasil na primeira década do século XXI, procurou destravar o mercado consumidor interno com base em programas sociais, aumento do salário mínimo e de empregos formais. Tal expectativa ruiu quando as taxas de desemprego aumentaram de forma significativa, demonstrando a artificialidade do desempenho econômico e social exaltado pelos neodesenvolvimentistas.

A superação da dependência e da precariedade social se encontra, para a TMD, na revolução socialista. Não há modelo capitalista capaz de superar os mecanismos de reprodução da dependência e de suas bárbaras consequências sociais. Somente a luta dos trabalhadores e dos setores populares – historicamente aliados dos benefícios do crescimento econômico – podem fazer com que os países da periferia superem a subordinação a qual estão condicionados.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: LÖWY, Michel. Walter Benjamin: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo. 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012.

BOITO JR. Armando. *Governo Lula: a nova burguesia nacional no Poder*. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (org.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O Brasil e o novo desenvolvimentismo*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4437>. 2011. Acesso: 17/09/2013.

CARCANHOLO, Marcelo. *Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington*. In: CASTELO, R. (org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

CASTELO, Rodrigo. *O social liberalismo*. São Paulo: Expressão Popular. 2013

CHAVES, Alessandro. *A face neodesenvolvimentista do Estado brasileiro: o falseamento da “questão social”*. Dissertação de mestrado (Ciências Sociais). São Paulo: UNESP – Araraquara. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138339>.

COTRIM, Ivan. *Os matizes do conceito de dependência e a revolução na América Latina*. In: Cadernos de Ciências Sociais. Santo André: Capes; Centro Universitário Fundação Santo André. 2005.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1962.

_____. *O Capitalismo Global*. 7ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2007.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil*. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/347_dialectica_brasil.html. 1966. Acesso 19/10/2017.

_____. *A crise do desenvolvimentismo*. In: CASTELO, Rodrigo. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. 2010.

_____. *Dialética da dependência*. 2°. Ed In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. *O ciclo do capital na economia dependente*. In: Padrão de reprodução do capital. FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). São Paulo: Boitempo. 2012.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5°. Ed. Florianópolis: Editora Insular. 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada*. São Paulo: Unesp – Marília – Publicações; Boitempo. 1999.

MERCADANTE, Aloizio. *Mudanças para um novo modelo de desenvolvimento*. In: 2003-2010 O Brasil em transformação, Vol. 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

MÉSZÁROS, István. *A atualidade histórica da ofensiva socialista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo. 2014.

OURIQUES, Nildo. *Hacia una teoria marxista de la dependencia*. In: Marini (org.). *La teoria social latinoamericana. Subdesarrollo y dependencia*. Cidade do México: El Caballito, 1994.

OSÓRIO, Jaime. *América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região*. In: Padrão de reprodução do capital. FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). São Paulo: Boitempo. 2012.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo. 2008.

POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média?* São Paulo: Boitempo. 2012.

PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. *Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanas*. In: CASTELO, Rodrigo. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. 2010.

RODRIGUES, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

SALUDJIAN, Alexis. *Estratégia de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e neoestruturalistas da CEPAL: uma abordagem crítica*. In: CASTELO, Rodrigo. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. 2010.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Fatos e mitos dos governos do PT*. In: *Crônica de uma crise anunciada*. São Paulo: SG-Amarante. 2017.

SILVA, Luís Inácio da Silva (LULA). *Lula diz como enfrentaria a crise em 2009, discurso de natal de 2008*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QNXOQNwbkc0>. 2008. Acesso em:28/06/2015.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.